

## OPINIÃO

## CRÔNICAS E ARTIGOS

## A Revolta da Vacina



**João Batista Damasceno**  
professor da Uerj e doutor em Ciência Política

No início do século 20, o Rio de Janeiro era foco de diversas doenças, tais como febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica e tuberculose. A febre amarela e a varíola eram as principais causas de mortes. As tripulações de navios com destino a Buenos Aires, que paravam para desembarque de passageiros, por medo, não desciam. O Rio de Janeiro já foi a Cidade Pestilente. Somente mais tarde tornou-se Cidade Maravilhosa.

Em 1902 foi eleito o presidente Rodrigues Alves e nomeou Pereira Passos para prefeito, para reurbanizar e sanear a cidade, e o médico Oswaldo Cruz para diretor da Saúde Pública. Assim, iniciaram-se grandes obras, alargamento de ruas, avenidas e o combate às doenças. Tal como as grandes obras para os Jogos do PAN em 2007, Jogos Militares de 2011, Olimpíadas de 2012 e Copa da FIFA de 2014 a população pobre foi desrespeitada e seus casebres e cortiços demolidos, restando-lhe ocupar os morros e incrementar as favelas.

As demolições acentuaram a crise habitacional e encareceram os aluguéis. O médico Oswaldo Cruz impôs vacinação obrigatória contra a varíola e os agentes de Saúde saíam acompanhados da polícia submetendo as pessoas à vacinação forçada. A campanha de saneamento e vacinação se realizou com extremo autoritarismo. As casas eram invadidas e vasculhadas.

Além de não ter havido qualquer campanha para esclarecer sobre a importância da vacina e da higiene, políticos, militares de oposição e religiosos fizeram campanha contra a vacina. Difundiam boatos, ironizavam os cientistas e duvidavam da eficácia do remédio. A boa fé e ignorância do povo foi largamente explorada.

No início do século 20, as pessoas se vestiam cobrindo todo o corpo. Daí que os religiosos propagaram era imoralidade expor os braços das mulheres para lhes aplicar a injeção. Os líderes religiosos costumam estar do lado errado da história. Foram eles que crucificaram Cristo. Pilatos, o governador Romano, apenas lavou as mãos diante da morte de quem deveria ter a vida preservada.



ARTE PAULO MÁRCIO

**“O STF declarou válidas as restrições a quem não se vacinar e rejeitou recurso para desobrigar pais a vacinarem os filhos”**

Desde a Regência, em 1837, entre os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II a vacina contra a varíola era obrigatória para crianças. No Segundo Reinado, de D. Pedro II, em 1846, foi instituída a obrigatoriedade para adultos. Mas esta obrigatoriedade não era cumprida, pois a produção da vacina em escala industrial no Rio de Janeiro somente começou no final do Império, em 1884.

Incentivados por líderes oportunistas e desconfiados com o governo por causa das remoções, a população saiu às ruas contra os agentes da Saúde Pública e a polícia entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904. O Rio de Janeiro foi transformado numa praça de guerra com bondes derrubados e edifícios depredados. O movimento foi contido e a obrigatoriedade foi substituída por restrições a direitos para quem não se vacinasse. Somente quem comprovasse ser vacinado poderia celebrar contrato de trabalho, ser matriculado em escolas, casar e viajar.

Se a história acontece e se repete, na primeira vez é tragédia e na segunda é

farsa. E a farsa não é produzida pelos opositores do governo contra os interesses da população, mas pelo próprio governo que deveria velar pelo interesse público. Mas, o STF preferiu esta semana importantes decisões. Declarou que estados e municípios podem importar vacina de países que já as aplicam, se a Anvisa, politizada, não liberar o registro no prazo, declarou válidas as restrições a quem não se vacinar e rejeitou recurso para desobrigar pais a vacinarem os filhos. As companhias aéreas já anunciam que não transportarão quem não tiver se vacinado. Outras empresas também poderão impor restrições.

Vacina é palavra derivada de vaca, de onde eram retirados líquidos imunizadores. Em 1904 as pessoas foram incentivadas a rejeitá-la porque foi difundido o boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. É estranho ver no século XXI pessoas agindo com irracionalidade animal, em tempo de fácil apreensão de conhecimentos científicos, tal como gado a caminho do matadouro.

## Entre vacina e colapso estatístico

**Luanda Botelho, Bruno Perez e Dalea Antunes**  
Coordenadores do Sindicato Nacional de Trabalhadores do IBGE - Núcleo da Avenida Chile

O mundo ainda conviverá com os efeitos socioeconômicos da pandemia durante um longo período, mesmo que a tão aguardada vacina contra a covid-19 esteja próxima de se tornar realidade. No Brasil, o processo será particularmente desafiador, em virtude da perspectiva de um panorama sem precedentes na apuração, identificação e constatação do aumento da histórica desigualdade social do país.

Para que os recursos destinados às políticas públicas de mitigação sejam utilizados de forma efetiva, é imprescindível a disponibilidade de dados estatísticos atualizados e relevantes. Isso torna ainda mais urgente a realização do Censo Demográfico 2021, cuja preparação vem sendo prejudicada desde antes da pandemia, em virtude de cortes orçamentários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo programa.

O contingenciamento de recursos anunciado pelo Ministério da Economia, no ano passado, veio acompanhado de mudanças significativas no formato da pesquisa,

**“A defesa do corte orçamentário no Censo 2021 em nome do rigor com gestão de recursos não faz sentido e chega a ser contraditória”**

que sofreu uma redução drástica de temas abordados no questionário a ser aplicado. Alguns deles diretamente afetados pela pandemia, como renda, imigração, tempo de deslocamento para o trabalho, gastos com aluguel e posse de bens.

O adiamento do Censo Demográfico para 2021, embora necessário e inevitável, provocou uma interrupção no processo de planejamento com graves consequências de natureza operacional. Os desafios a serem superados pelo programa no contexto da covid-19 tornam-se ainda mais complexos quando levado em consideração o contingente de 200 mil recenseadores envolvidos no programa.

A defesa do corte orçamentário no Censo 2021 em nome do rigor com gestão de recursos não faz sentido e chega a ser contraditória, uma vez que atinge um programa que tem na sua essência fornecer subsídios na aplicação dos recursos gerados a partir dos impostos pagos pelos contribuintes, em seu próprio benefício. A quem realmente interessa o “apagão” estatístico?

## Expectativa para o próximo ano é positiva



**Renato Las Casas**  
dir. com. emp. de revestimentos Ecogranito

De um começo de ano repleto de incertezas, a uma reta final com balanço positivo. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) detalham que a construção civil permanece em crescimento e, pelo terceiro mês consecutivo, registrou índices positivos na atividade e no emprego. Para trabalhadores da área o crescimento é animador e representa oportunidades para o futuro pós-pandemia.

A curva positiva confirma a tendên-

cia de expansão da construção civil e aponta para uma superação completa do impacto inicial da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Os resultados positivos, em grande parte, se devem à rápida adoção de medidas de contenção, que minimizou os danos no setor, bem como ao aumento do investimento em tecnologia e comunicação.

Entre julho e agosto deste ano, o Índice de Confiança do Empresário da Construção já havia despontado para 7,7 pontos, ultrapassando a marca que indica o início de um cenário confiante. E o índice que avalia a disposição para investir no setor também aumentou.

Entre as medidas preventivas que

**“A curva positiva confirma tendência de expansão da construção civil e superação da crise”**

possibilitaram a continuidade das obras e reduziram os prejuízos financeiros para as empresas, estão a adoção do distanciamento social e de outras atitudes recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), além da adesão a práticas sustentáveis.

Alternativas ambientalmente corretas são importantes não só em momentos de crise, mas também para a redução de gastos e aumento da produtividade em diversos segmentos. A visão sustentável é uma tendência que está se tornando cada vez mais popular no mercado empresarial e será um dos principais alicerces para o desenvolvimento e avanço do setor de construção ao longo dos próximos anos.

**O DIA DISQUE REDAÇÃO:** 2222-8069 E 98921-1888 **ASSINATURA E ATENDIMENTO AO LEITOR:** 2222-8600/2222-8650/2222-8651

**EDITOR-CHEFE**  
Aloy Juplira

**EDITOR-EXECUTIVO**  
Bruno Ferreira

**DEPARTAMENTOS:**  
**Agência O DIA:** E-mail: agencia@odia.com.br. Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265  
**Fax Diretoria:** 2507-1038

**Parque Gráfico:** 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfica **Gerência Industrial:** 3891-6002 **Gerência de Circulação e Logística:** 3891-6005  
**Preço de venda em banca:** RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

**Exemplares atrasados:** Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfica, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

**São Paulo:** Avenida Iraí 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

**Brasília:** Tel: (61) 9920-91891.

**Promoções:** promocoos@odia.com.br

**Classificados:** 2532-5000/2222-8652/2222-8653/2222-8654/2222-8655/2222-8656  
- De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

**Anúncios de Noticiário:** 2222-8191 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279  
- Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.  
**Editora O DIA LTDA.** Rua dos Inválidos 198, 2ª andar, Lapa-CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

**O DIA** é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).